

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território

Assunto: Requerimento para audição urgente do Ministro do Ambiente e Ação Climática e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território sobre a intenção do Governo em aumentar os limites máximos das áreas de eucalipto por concelho

Exmo. Senhor Presidente,

Em 2013 com a aprovação pelo Governo PSD/CDS do Decreto Lei 96/2013 de 19 de julho que ficou conhecida como a "Lei Cristas" ou a Lei de Liberalização do Eucalipto, esta espécie exótica, já então fortemente implantada em determinadas regiões do país, ainda se expandiu mais por todo o território nacional.

Em 2019, o 6º Inventário Florestal (tendo 2015 como ano de referência) veio confirmar, a partir de imagens aéreas, esta expansão que há muito o PEV e muitas associações de âmbito ambiental denunciavam. Os dados preliminares do Inventário Florestal apresentados em 2019, confirmaram que esta foi a espécie que mais cresceu desde o Inventário anterior, ocupando então já, uma área de cerca de 845 mil hectares, só em território continental. Uma área superior à apontada na Estratégia Nacional para as Florestas que determina o limite de 812 mil hectares ocupados por eucalipto em 2030!

Pôr fim a esta expansão e liberalização do plantio do eucalipto e às suas nefastas consequências sobre os solos e sobre a biodiversidade em geral, e aos seus gravíssimos impactos ambientais e sociais em termos de incêndios, foi um dos objetivos que colocou, em 2015, este tema no centro das exigências do PEV para viabilizar uma solução governativa minoritária do PS, que esteve na origem da lei nº 77/2017.

No entanto, sempre que pôde, o Governo PS fugiu às premissas do acordo, e nem a gravidade dos incêndios de 2017 e o papel inegável que a monocultura de eucalipto teve sobre estes, pareceu levar a uma mudança de caminhos.

Pelo contrário, e em nada nos admira, o Governo pretende mesmo, apresentar uma Portaria que levaria a aumentar a área de eucalipto por concelho.

Num momento em que decorre a COP26 em Glasgow, e em que cada vez mais vozes se levantam por causa da emergência climática, tal intenção, a consumar-se, representa um crime ambiental de grande envergadura e uma irresponsabilidade perante as gerações futuras.

Tendo em conta esta situação, o Grupo Parlamentar Os Verdes vem requerer, com carácter de urgência, a(s) audiência(s) do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território.

Palácio de S. Bento, 10 de novembro de 2021

Com os melhores cumprimentos,

A Deputada

Mariana Silva